**PAUTA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
– 18 DE NOVEMBRO DE 2009 - 09:00h.**

I. DO EXPEDIENTE: (art. 16, I, RI/CPJ).

a) **Verificação de quorum** (art. 3º, 8º, do RI/CPJ):

b) **Abertura da Sessão** (art. 15, RI/CPJ): às ____h: ____min

CONVOCAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:

O Colégio de Procuradores de Justiça, na forma prevista no art. 18 do Regimento Interno deste Colegiado, à unanimidade dos presentes, deliberou pela convocação da presente Sessão Extraordinária pela necessidade de apreciação de matéria de relevância e urgência institucional e de atribuição deste colegiado, na forma abaixo relacionada.

MATÉRIA DE APRECIÇÃO:

01- Interessada: **Procuradoria Geral de Justiça.**

Assunto: Aprovação de Edital para abertura de inscrição e convocação da eleição para o Cargo de Corregedor Geral do Ministério Público, mandado de 2010 e 2011.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO (art. 16, § 2º, II, b; RI/CPJ):

RELAÇÃO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PARA JULGAMENTOS

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. BENON LINHARES NETO

DADOS DOS PROCESSOS	Distribuição
Processo nº 17997/2009-7(anexos: 15947/2009-4, 15499/2009-6). Interessado: Dr. Plácido Barroso Rios – Promotor de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça Auxiliar da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza. Assunto: Encaminha RECURSO ADMINISTRATIVO com pedido de CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR, com o escopo de impedir qualquer provimento inicial de cargos no Ministério Público Cearense, exceto aqueles que atuamente se encontram na entrância inicial da carreira, provimentos estes que não suscitam qualquer controvérsia jurídica.	<i>Distribuído</i> <i>18ª Sessão</i> <i>28/10/09</i> <i>1ª - Prioridade de Julgamento</i>

<p>02 - Processo nº 18451/2009-4 Interessado: Dr. Francisco Gadelha da Silveira - Procurador de Justiça. Assunto: Solicita a abertura de edital para provimento, por via de remoção para o cargo de Procurador de Justiça, em razão da criação de 2(duas) Câmaras Cíveis do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com fulcro nos artigos 135 e 136, da Lei Complementar n.º 72/2008, de 12/12/2008.</p>	<p><i>Distribuído por Dependência 18ª Sessão 29/10/2009</i></p>
--	--